

PROJETO DE LEI Nº 34/2025

Câmara Municipal de Congonhas



PROTOCOLO GERAL 1082/2025
Data: 25/04/2025 - Horário: 16:21
Legislativo

Institui o Programa Municipal de Apoio Integral às Mães Solo e Mães Atípicas no Município de Congonhas/MG e dá outras providências.

Art. 1º Fica instituído o **Programa Municipal de Apoio Integral às Mães Solo e Mães Atípicas** no âmbito do município de Congonhas, com o objetivo de garantir melhores condições de vida, inclusão, autonomia, saúde mental, cultura e dignidade a essas mulheres e seus filhos.

Art. 2º São diretrizes do Programa:

- I – Apoiar mães solo e atípicas por meio de políticas públicas de saúde, educação, cultura, lazer, habitação e assistência social;
- II – Facilitar o acesso prioritário e humanizado a serviços públicos;
- III – Promover ações de capacitação profissional e geração de renda;
- IV – Garantir apoio psicológico, jurídico e social gratuito;
- V – Oferecer suporte educacional para os filhos, inclusive em tempo integral, quando possível;
- VI – Incentivar a participação em eventos e atividades culturais, com vagas e ingressos gratuitos ou subsidiados;
- VII – Disponibilizar espaços de convivência, lazer e esporte adaptado, com infraestrutura inclusiva para mães e filhos;
- VIII – Estimular o protagonismo social e político dessas mulheres por meio de oficinas roda de conversa e fóruns de participação.

Art. 3º Para fins desta Lei considera-se:

- I – **Mãe solo**: mulher que assume sozinha a criação e cuidado de seus filhos, sem a presença de cônjuge ou companheiro (a) com participação ativa;
- II – **Mãe atípica**: mulher que cuida de filhos com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA) ou qualquer condição que demande cuidados especiais.

Casa do Legislativo Vereador Ênio da Gama

Art. 4º O Poder Executivo poderá firmar convênios com instituições públicas, privadas e organizações da sociedade civil para viabilizar os objetivos desta Lei, com prioridade à contratação de mulheres beneficiárias do programa.

Art. 5º As beneficiárias do Programa terão prioridade em:

- I – Programas habitacionais e de aluguel social;
- II – Matrícula dos filhos em creches e escolas públicas;
- III – Cursos de qualificação profissional, empreendedorismo e economia solidária;
- IV – Atendimento prioritário em unidades de saúde, CRAS, CREAS e demais órgãos da assistência social;
- V – Participação gratuita ou com desconto em atividades culturais, oficinas, cinemas, teatros, bibliotecas, centros culturais e eventos municipais;
- VI – Acesso a equipamentos públicos de lazer, com adaptação para crianças com deficiência;
- VII – Criação de grupos de apoio e redes comunitárias de acolhimento.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias após sua publicação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congonhas, 25 de abril de 2025.


Kate Bárbara Marques Urzedo
Vereadora

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem como objetivo instituir o **Programa Municipal de Apoio Integral às Mães Solo e Mães Atípicas** no município de Congonhas/MG, reconhecendo a urgência de políticas públicas voltadas a mulheres que, de forma isolada e muitas vezes invisibilizada, sustentam emocional, financeira e fisicamente seus lares e seus filhos.

As mães solo enfrentam desafios diários com sobrecarga de responsabilidades, baixa renda e falta de rede de apoio. Já as mães atípicas, que cuidam de filhos com deficiência ou condições que exigem atenção constante, vivem uma realidade ainda mais intensa, marcada por jornadas exaustivas e, muitas vezes, exclusão social.


Congonhas, como cidade histórica e com forte identidade cultural, tem a oportunidade de ser referência em políticas de cuidado e inclusão. O presente programa propõe ações integradas nas áreas de saúde, educação, assistência social, habitação, cultura e lazer, assegurando não apenas o mínimo necessário, mas também o acesso à vida digna, ao afeto, à cultura e ao direito de sonhar.

A iniciativa propõe prioridade em serviços públicos, apoio psicológico e jurídico gratuito, acesso à formação profissional, além da participação em atividades culturais e espaços de lazer adaptados, fortalecendo a cidadania e combatendo a marginalização dessas mulheres e de seus filhos.

A proposta está em consonância com os princípios da Constituição Federal, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), da Lei Brasileira de Inclusão (LBI), e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, especialmente os que tratam de igualdade de gênero, redução das desigualdades e inclusão social.

Diante do exposto, conclamamos os nobres pares desta Casa Legislativa a aprovarem esta proposta, que representa um avanço na construção de uma Congonhas mais justa, humana e inclusiva.

Congonhas, 25 de abril de 2025.


Kate Bárbara Marques Urzedo
Vereadora